

FRONTEIRAS DA DIFERENÇA: A EXPERIÊNCIA DO IMIGRANTE SOB A LÓGICA DA DESCONFIANÇA NA CIDADE

DAVID COUTINHO¹

Resumo: Os instrumentos de vigilância e repressão se desenvolvem atendendo uma demanda política e social, a fim de garantir a ordem no espaço urbano. A polícia, por exemplo, passou por diversos momentos de ampliação de suas funções, maior autonomia na identificação dos suspeitos, bem como elevou seu grau de especialização. As mudanças no esquema da polícia e também na cidade seguiam relacionadas com a expansão demográfica, crescimento e avanço das tecnologias e da indústria, alterando a dinâmica da sociedade. Nesse sentido, buscamos compreender a experiência do imigrante na cidade em meio à vigilância e a pro atividade policial que compreendia, especialmente a partir de 1930, o estrangeiro como uma ameaça para a segurança nacional.

Palavras-chave: Imigração, Repressão, Cidade

Résumé: Les instruments de surveillance et de répression poussent donné une des revendications politiques et sociales pour assurer l'ordre dans l'espace urbain. La police, par exemple, est passé par différentes étapes de l'expansion de ses fonctions, une plus grande autonomie dans l'identification des suspects, ainsi que l'augmentation de leur expertise. Les changements dans le schéma de la police et aussi la ville suivi lié à l'expansion démographique, la croissance et le progrès de la technologie et de l'industrie, de modifier la dynamique de la société. Par conséquent, nous cherchons à comprendre l'expérience des immigrants dans la ville au milieu de l'activité de surveillance et de police pro qui comprenait, en particulier après 1930, l'étranger comme une menace à la sécurité nationale.

Mots-clés: Immigration; Répression; Ville;

1. INTRODUÇÃO

As propostas do fascismo na década de 1930 pareciam se firmar cada vez mais como paradigma, arrebanhando inclusive muitos regimes europeus, autoritários ou conservadores, à lógica, mais ou menos próxima, de um totalitarismo. Seja o século XX, seja a Europa, não podem ser compreendidos sem as calamidades e conseqüências da Primeira Mundial. Como aponta Eric Hobsbawm, mesmo em momentos que “os canhões se calavam e as bombas não explodiam” (HOBSBAWM, 1995: 30), o panorama era de uma verdadeira catástrofe.

¹ Mestrando em História Política pela UERJ. Membro do Laboratório de Estudos de Imigração (LABIMI), sob orientação da professora Érica Sarmiento. Contato: barretocoutinho2@gmail.com

Além disso, ainda de acordo com o autor inglês, o conflito mundial forjara grupos contrários a guerra, como também homens que fundamentaram nessa experiência algum grau de superioridade em relação aos demais, em especial por julgarem sua própria experiência como condição fundamental e formativa da vida (1995: 34).

O fascismo europeu assumia-se, em dado tempo, num nacionalismo exacerbado, bem como na expectativa pela constituição de uma nação superior, direcionando – nesse sentido - o Estado às práticas de xenofobias e também de expulsão em massa de grupos étnicos considerados inferiores, incapazes de contribuir no projeto de uma nação forte e uníssona.

“Tais movimentos não tradicionais da direita radical haviam surgido em vários países europeus em fins do século XIX, em reação ao liberalismo (isto é, à transformação acelerada de sociedades pelo capitalismo), à ascensão de movimentos de classe trabalhadora, e, de maneira geral, à onda de estrangeiros que invadia o mundo na maior migração de massa da história até aquela data. Homens e mulheres migravam não apenas para o outro lado de oceanos e fronteiras internacionais, mas do campo para a cidade; de uma região do mesmo país para outra – em suma, de ‘casa’ para a terra de estrangeiros e, virando-se a moeda, como estranhos em casa alheia” (1995: 122).

Por outro lado, essas imigrações ajudavam a compor o quadro do que foi – sob as análises de Doyle e Pamplona – o nacionalismo na América Latina, a saber: pluralista, multiétnico, que assumia sua diversidade. Enquanto conceito excludente e associado à violência na Europa, na América Latina se trataria do oposto, ou seja, implicaria no reconhecimento da pluralidade de suas populações de imigrantes, num esforço que pudesse compreender identidades étnicas das mais variadas.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 *Questões sobre imigração e a garantia da diferença na cidade*

A imigração, de tempos tão recorrentes, se viu também impulsionada pela fuga aos regimes totalitários que ocorriam na Europa. Em sua narrativa ego-histórica, Boris Fausto apresenta a imigração mediante a micro-história familiar, nesse caso de sua própria família (FAUSTO, 1997).

Algumas características das quais são apresentadas denotam que, embora cada mudança de lugar e cada cultura fosse totalmente nova, a prática da mudança de região e se por em face ao desconhecido não era inteiramente estranha. Boris Fausto destaca as

constantes travessias das fronteiras nacionais, geralmente por razões econômicas de mercado, como venda, compra ou troca de produtos.

Ademais, a emigração como possibilidade de melhoria da condição social vinha como opção aparentemente barata àquele que desejava emigrar: “A emigração como alternativa àquela vida de horizontes estreitos não era excepcional, pois a onda emigratória dos últimos decênios do século XIX e de princípios do século XX alcançara as cidades e aldeias da Europa central” (1997: 51).

Observam-se, nesse sentido, dois fatores que atuaram como impulsores do processo de emigração no final do século XIX e na primeira metade do século XX. O capitalismo industrial que marcava o fim do século XIX atuava vertical e duplamente sobre o processo de emigração. Por um lado, trazia em sua esteira as novas possibilidades de tecnologia de transporte, ao mesmo tempo em que mobilizava constantes viagens, geralmente com fins econômicos e comerciais, o então capitalismo encurtava as distâncias e eliminava as barreiras.

Doravante, como num efeito colateral, tal sistema demarcava e se fundava em certas distinções econômicas-sociais, algo que nos traz a perspectiva da emigração como ocorrência de uma possível melhoria na condição de vida. Enquanto isso, no decorrer do século XX, percebe-se também no fascismo, mas também num nacionalismo etno-linguístico exacerbado - mas não necessariamente fascista - uma forma compulsória que impelia à emigração européia para os mais variados lugares, em especial para o continente americano, onde trataremos com especial atenção o Brasil.

Retomamos, a tese de Doyle e Pamplona, que partem do pressuposto de que os nacionalismos latino-americanos foram étnicos pluralistas, concebiam a integração e se destacavam justamente pela possibilidade de assimilação do estrangeiro. A teoria geral proposta pelos autores pode ser bem aceita, mas apenas se considerar o contexto espacial e temporal a qual ela circunscreve.

No caso brasileiro, por exemplo, como descreve Giralda Seyferth (1999), a questão dos imigrantes e sua incorporação no cenário nacional decorre desde a metade do século XIX, e em especial até a década de 30 do século XX, o imigrante não fora considerado como um problema realmente sério no contexto nacional, embora tenha-se criado, ainda na presença do imperador em 1883, a *Sociedade Central de Imigração* (HOLANDA, 1996: 147), visando os cuidados sobre o fluxo migratório para o Brasil.

No período da República Velha brasileira, a autora pontua que não houve intervenção incisiva do Estado sobre o imigrante – seja aquele plenamente desejável ou não – exceto

durante a Primeira Guerra Mundial. A configuração da cidade do Rio de Janeiro foi se alterando de maneira vertiginosa e com ela alterando-se as políticas acerca do imigrante, o qual a partir da década de 1930, não coincidente com a entrada de Getúlio Vargas como chefe de Estado, passa a ser considerado um problema de segurança nacional (1999: 199). Enquanto que em 1937, ano de conjuntura do Estado Novo, a política varguista acerca do imigrante torna-se ainda mais acirrada, na medida em que são mobilizadas e criadas instituições para dar conta de imigrantes não desejáveis ao projeto de nação de Getúlio Vargas.

Lidar com a imigração e com o imigrante, mesmo com aqueles que em certos momentos e medidas eram tidos como assimiláveis e desejáveis – seja para o trabalho na agricultura, seja para política de embranquecimento nacional – ocorreu em sistêmicas variáveis que tinham relação direta com a experiência da cidade. O crescimento demográfico, sob a análise de Érica Sarmiento (2011: 80-121), ocorre na intensificação da imigração, gerando por sua vez um aumento no custo de vida e na oferta de mão-de-obra, acirrando-se “a luta pelos escassos empregos disponíveis” (SARMIENTO, 2011: 80-121), bem como modifica as formas de relacionamento social, os hábitos e comportamentos:

“A demografia carioca também apresentou importantes transformações em sua estrutura populacional, com a chegada de centenas de migrantes rurais e o aumento da imigração. A população do Rio, em 1870, se limitava a 235.381 pessoas, já em 1890 contava com 522.651 e 15 anos depois, em 1906, eram 811.443 os que habitavam a “cidade maravilhosa”. A população continuou aumentando desenfreadamente e, em 1920, a cifra alcança o total de 1.157.8734” (2011: 80-121).

Segundo Antônio Edmilson Rodrigues (2009), a partir da década de 70 do século XIX, o espaço urbano do Rio de Janeiro passa à uma configuração expansiva e acelerada. Além do crescimento demográfico, já apontado anteriormente, haveria também um crescimento industrial, que em conseqüência modificaria a distribuição da sociedade carioca.

Quando Walter Benjamin escreve sobre Paris enquanto capital do século XIX realiza muito mais do que uma análise sobre a cidade. O autor expõe a cidade como um quadro para o artista. Benjamin, orientado pelas mudanças artísticas, na arquitetura e no projeto urbano, aponta que a cidade constrói sua própria lógica, influenciando nas relações, seja de mercado, sejam sociais. Nesse sentido, não só a experiência de uma cidade não é igual à outra, como a própria experiência dentro da cidade incorre num fluxo – quase sempre acelerado – que muda constantemente os modos e costumes dentro da própria cidade (1991: 30-44).

O advento do capitalismo, nesse sentido, age trazendo tecnologias que permitem de modo mais simples o fluxo e rápida mobilidade. As tensões, dessa maneira, confluíam pela diminuição dos espaços íntimos, aceleração da vida cotidiana, diversidade étnica e social, vindo repousar tais fatores sobre a mínima abertura para participação política, o que configuraria não só a tensão urbana, como por outro lado colocaria o estrangeiro como ente deslocado e excedente para as condições de vivência na cidade (RODRIGUES, 2009: 87-88).

Zygmunt Bauman analisa o processo de confiança e medo na cidade. O autor segue a linha argumentativa da qual a diminuição do espaço (ou porque não falar de sensação de perda do espaço) colocaria em choque os indivíduos da cidade sob uma espécie de alerta para tudo do qual fosse estrangeiro²:

“Trata-se do seguinte: quanto mais o espaço e a distância se reduzem, maior é a importância que sua gente lhe atribui; quanto mais é depreciado o espaço, menos protetora é a distância, e mais obsessivamente as pessoas traçam e deslocam fronteiras. É sobretudo nas cidades que se observa essa furiosa atividade de traçar e deslocar fronteiras entre pessoas (BAUMAN, 2009: 75)”.

A consequência, talvez primária dessa constatação, sejam que os estabelecimentos dessas fronteiras fariam emergir diferenças, as quais, de certo modo, adulariam ao projeto de nação varguista a partir de 1930, com especial ênfase para a ação repressiva a partir de 1937 até 1945, tempo de existência do Estado Novo.

O processo de expansão da cidade também ocorre num duplo sentido, seja caracterizando a modernidade e a beleza estética do Rio de Janeiro, de uma perspectiva macro, seja pelo agravamento do caos interno, com inúmeros movimentos sociais e projetos nacionais que se buscavam hegemônicos na nova configuração que tivera início com a Revolução de 1930 e com Getúlio Vargas assumindo enquanto presidente.

A capital do país, nesse momento, perpassa por algumas questões sérias, e que já assolavam há certo tempo a história do Rio de Janeiro. Primeiramente, partimos do pressuposto o qual desenvolve Antônio Edmilson Rodrigues. Para o autor, o Brasil forma, desde cedo, um Estado, constrói suas bases e sua capitalidade no Rio de Janeiro, mas não consegue formar uma nação.

De nossa concepção, acrescentamos que, esse objetivo de constituir uma nação, tentará ser recuperado com a política varguista e terá no imigrante e nas instituições os principais

² Pela perspectiva de Bauman, o estrangeiro deve ser compreendido como o *outro*. Especialmente, todo aquele o qual não estivesse inserido dentro de seu sistema de relações, códigos morais e valores. Para fins de nossa análise, buscamos escapar em parte essa interpretação tão fluída, não por considerarmos equivocada, mas por circunscrever a mesma num contexto histórico específico, o qual o imigrante passa a ser construído como à figura evidente do *outro*, em alguns casos assimiláveis, em outros como deturpadores da ordem.

atores do contexto. Em segundo lugar, a atuação da polícia, que embora não seja criação em si do governo de Getúlio Vargas, encontra nesse contexto um espaço profícuo e legítimo de atuação. Nas palavras de Antônio Edmilson:

“A importância da polícia está diretamente relacionada à expansão quantitativa dos efetivos, pela ampliação do mercado de oferta de empregos e pela garantia de uma certa impunidade, não só por ser o policial uma autoridade, mas também um funcionário do Estado. [...] Numa sociedade onde não foram construídos mecanismos de representação política e cidadania, a distância existente entre as manifestações públicas do estado e a forma de ordenamento da sociedade dá a polícia uma função civilizadora, definindo-a como intermediária entre a população urbana e o governo (RODRIGUES, 2009: 88-89)”.

O imigrante considerado indesejável, nesse momento, era o marco referencial de tudo diferente que a nação deveria ser. As ideologias estrangeiras, o ordenamento político, as sociedades estrangeiras que se organizaram e se organizavam no Brasil, tudo isso era tido como potencial provocador de qualquer dissidência política. Algo que, no bojo dessa perspectiva, garantia o reforço da repressão, bem como a ampliação de uma tendência a criminalizar aquilo que era diferente (KOIFMAN, 2012).

De acordo com Viviane Teresinha dos Santos, o poder despótico de Vargas estava associado com um ideal de nacionalismo e manutenção de identidade. Desse modo, “projetava-se sobre a figura do estrangeiro qualquer desequilíbrio verificado na sociedade brasileira” (2008: 100). Nesse caso, o estrangeiro, inassimilável, previstos pelo Estado para atender sua própria demanda.

A polícia, como ferramenta intermediária de ação do Estado sobre a cidade ao longo da década de 1930 no Brasil, passou a um caráter mais específico, do qual atuava na perseguição de estrangeiros ou grupos estrangeiros, com ideologias incongruentes às propostas nacionais e, portanto, considerados subversivos.

“Com a criação da polícia política, os governos republicanos procederam uma verdadeira operação de silêncio na sociedade brasileira, pois o órgão repressor estava à disposição de tais governos para vigiar e/ou aprisionar indivíduos tidos como nocivos à ordem pública, combatendo ou estigmatizando grupos qualificados pela retórica oficial como perigosos à segurança nacional” (SANTOS, 2008: 75).

Em paralelo, e no mesmo sentido da polícia, a justiça também compõe o bojo de ferramentas o qual o Estado se articula para manter a ordem, dentro de uma referência autoritária, geralmente fundamentada no uso legítimo da violência. O Estado atua como fomentador do dinamismo da cidade, pois como sugere Antônio Edmilson, a nova configuração que apresenta a polícia como agente da ordem e garantidora do progresso, intervém diretamente nas relações sociais e, em especial, nas maneiras de se apreender e se

colocar nessa sociedade. A característica peculiar do governo de Getúlio Vargas, partindo de 1930, fora a efervescência de movimentos sociais, em sua maioria com influência de ideologias estrangeiras.

Além disso, a necessidade-fim de constituir-se uma nação para um Estado parcialmente estruturado assinalou, abertamente, tudo aquilo que era estrangeiro dentro de uma lógica de desconfiança. É importante salientar que mesmo o imigrante sendo o alvo nessa lógica da desconfiança, havia algum grau de diferença entre aqueles considerados desejáveis e indesejáveis. Tal diferença estaria na demanda do Estado e sua capacidade de assimilar, reeducar, reabilitar e integrar esse imigrante à sociedade, muitas vezes através do trabalho, como será analisado posteriormente.

Por fim, verificando-se a configuração da qual se foi moldando a política de Getúlio Vargas até o Estado Novo, na retórica oficial – muitas vezes – compreende o imigrante enquanto estrangeiro, atribuindo assim uma identificação de homogênea que supera a lógica de imigrante desejável ou não desejável.

Considerações finais

O decreto nº 19.482, de 12 de dezembro de 1930³, é o primeiro ato envolvendo a questão do imigrante no ainda recente governo de Getúlio Vargas que se instaura após a Revolução de 1930. O decreto limita a entrada de estrangeiros em território nacional e, gera em contrapartida, debates acirrados sobre a imigração na Assembléia Constituinte (GERALDO, 2009). No ano de 1934, a constituição que dá origem a uma nova fase do governo de Getúlio Vargas apresenta em seu texto, de maneira mais incisiva, a conotação indiscriminada sobre o estrangeiro.

Nesse primeiro momento do trabalho busquei caracterizar as instituições de repressão criadas na virada do Estado Novo pela sua funcionalidade e também por suas finalidades no tocante ao imigrante e a imigração italiana. O trabalho é tangenciado pela lógica weberiana das estruturas de dominação, trazendo assim a necessidade de se pontuar – dentro da retórica oficial do Estado – razões pelas quais determinadas instituições e órgãos foram criados.

Quanto às finalidades, nos detemos sobre o aparato repressivo que tinha como seu foco o estrangeiro. O governo Vargas não vetou a entrada de imigrantes, porém promovia a seleção daqueles considerados propícios às demandas e objetivos do Estado. Nesse sentido,

³ <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19482-12-dezembro-1930-503018-republicacao-82423-pe.html> (20-11-13)

trabalhar-se com leis e decretos-lei, que pensavam os critérios de seleção, a recepção e a integração do imigrante na sociedade, é parte fundamental deste estudo. Por outro lado, procuramos também compreender a relação do imigrante com a cidade, em especial a cidade do Rio de Janeiro.

Nesse sentido, buscamos relacionar a política repressiva sobre o imigrante com os reflexos disto na cidade. Em contra partida, essa forma de análise nos permitiu também pensar em que medida o imigrante poderia atuar, modificando assim espaço e suas relações. De todo modo, nosso objetivo geral fora sinalizar como determinadas fronteiras – físicas, morais ou simbólicas – puderam influir no ritmo e na recepção da cidade em relação ao imigrante. Nesse sentido, partimos do pressuposto que tais delimitações geriram a diferença, que por sua vez fora tratada sob a lógica da desconfiança direcionada ao imigrante, em especial aquele considerado indesejado, de acordo com a retórica do Estado.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Trad. Eliana Aguiar – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

BENJAMIN, Walter. *Paris, capital do século XIX*. In. KOTHE, Flávio R. **Walter Benjamin**. São Paulo: Editoria Ática, 1991.

DOYLE, Don H; PAMPLONA, Marco A. **Nacionalismo no Novo Mundo**. Trad. Waldéa Barcellos, Rio de Janeiro: Record, 2008.

FAUSTO, Boris. **Negócios e ócios: histórias da imigração**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

HOBSBAWN, Eric J. **A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. Trad. Marcos Santarita. São Paulo: Companhia das letras, 2º Ed., 1995.

_____, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Trad. Maria Célia Paoli. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Livro dos prefácios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996

RODRIGUES, Antônio Edmilson. *História da Urbanização no Rio de Janeiro. A cidade: capital do século XX no Brasil*. In. CARNEIRO, Sandra de Sá. SANT'ANNA, Maria J. **Cidade: olhares e trajetórias**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SEYFERTH, Giralda *Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo*. In: PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.

_____, Giralda. **Imigrantes, estrangeiros: a trajetória de uma categoria incomoda no campo político**. Trabalho apresentado na Mesa Redonda Imigrantes e Emigrantes: as

transformações das relações do Estado Brasileiro com a Migração. 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho de 2008, Porto Seguro, Brasil.

SANTOS, Viviane Terezinha. **Italianos sob a mira da polícia política: vigilância e repressão no estado de São Paulo (1924-1945)**. São Paulo: Humanitas, 2008.

SARMIENTO, Érica. *Os logradouros dos imigrantes galegos no paraíso tropical: as cadeias migratorias e as redes de solidariedade no Rio de Janeiro*. In. FARIAS, Ruy. SARMIENTO, Érica. **Novos olhares sobre a imigração ibérica em América Latina (séculos XIX e XX)**, Niterói, RJ: Universo, 2011, p.80-121

KOIFMAN, Fábio. **Imigrante ideal: o ministério da justiça e a entrada de imigrantes no Brasil (1941-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.